



CREMESE
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO SERGIPE

PRESIDENTE

Jilvan Pinto Monteiro

TESOUREIRO

Marcelo de Oliveira R. Paixão

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA

José Eduardo de Assis Silva

Denise Ferreira Barroso de Melo Cruz

André de Aboin Machado

COORDENAÇÃO DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Daniele Azevedo de Santana

CONTADOR

George Mesquita Andrade

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE
EXERCÍCIO 2025

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe - CREMESE é uma instituição sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1º de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais, mantidas com recursos próprios e não receptoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União, são reguladas pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter geral relativas à administração interna das autarquias federais, de acordo com o Decreto-Lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.

2 – DIRETRIZES CONTÁBEIS ESSENCIAIS

2.1 - Processos de Convergência as novas normas aplicada ao setor público

A partir da Portaria nº 184/2008 foi determinado que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN promovesse a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Pública e as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu ao STN competência de promover a consolidação das contas públicas, padronizando as prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

O CREMESE através do setor contábil vem adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, implantado no sistema SISCONT.NET.

2.2 - Critérios e Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2013, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber.

Realizamos alguns ajustes no Imobilizado sejam decorrentes de correção de classificação por divergência entre o sistema de controle patrimonial e os registros efetuados no sistema contábil.

No tocante a depreciação acumulada, adotamos o método das cotas constantes, que operacionalizamos através do sistema SISPAD onde é realizado o controle dos bens móveis e imóveis e que se encontra integrado ao sistema contábil desde 2018 atendendo as notas e regulamentações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e Receita Federal.

3 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras foram consideradas as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades de Fiscalização Profissional, assim como aspectos específicos da Lei nº 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços e Resolução CFM nº

2.286/2020, de 19 de novembro de 2020, que Estabelece normas e procedimentos para a tomada e prestação de contas dos Conselhos de Medicina.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2025 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 10.266.715,34 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 7.751.391,64, apresentando um superávit orçamentário de R\$ 2.515.323,70.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2025 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 10.266.715,34) com os extraorçamentários (R\$ 15.128.297,97) que foi de R\$ 25.395.013,31 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 7.751.391,64) e extraorçamentários (R\$ 15.337.236,02) que foi de R\$ 23.088.627,66, apresentando um resultado positivo de R\$ 2.306.385,65 o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte (R\$ 9.561.368,23) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 7.254.982,58).

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pelo Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias, Adiantamento 13º, Salário maternidade a ser reembolsado pelo INSS e outros valores), Estoques e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente (Valores de Cota Parte e Cota Antecipada repassadas automaticamente ao CFM referente a Anuidades de 2025 recebidas em dezembro de 2022 e Cota parte repassada indevidamente ao CFM referente a certificados).

b) Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Foram lançados os ajustes decorrentes de correção de classificação, de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores e atual sem que impactasse no resultado do exercício.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um saldo de R\$ 862.509,14 que inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por tributos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte a repassar ao CFM), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias, FGTS, INSS e PASEP) e Demais Obrigações a Curto Prazo (Anuidades Recebidas Antecipadamente. Anuidades recebidas em duplicidade e Mensalidade Sindical descontada em Folha de Pagamento a repassar ao Sindicato).

As provisões apresentam o montante de R\$ 237.537,88, foram lançadas mês a mês e deu início a partir de outubro de 2015 com base em relatório apresentado pelo setor pessoal onde contem os avos referentes ao mês, devido com base no período aquisitivo e utilizando-se do regime de competência, conforme identificado no quadro a seguir:

Quadro contendo os valores por conta de provisão:

Provisão de Férias	R\$ 182.721,56
Provisão de PREVIDENCIA	R\$ 38.371,50
Provisão de FGTS	R\$ 14.617,62
Provisão PIS/PASEP	R\$ 1.827,20

d) Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2024.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2025 demonstra o total do Ativo de R\$ 10.206.640,02 e o total do Passivo de R\$ 1.126.189,25, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 9.080.450,77, o qual está constituído pelo Superávit do Exercício de R\$ 2.521.440,21, pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$ 6.559.010,56.

Os lançamentos foram efetuados de acordo com as normas contábeis aplicáveis aos casos e os ajustes foram realizados nas seguintes contas contábeis:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2025 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 10.267.317,38 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 8.053.654,61, gerando como resultado patrimonial do período um Superávit de R\$ 2.213.662,77.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2025 foi de R\$ 2.302.504,29, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$ 2.315.707,22 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$ 13.202,93.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2025 e a Prestação de Contas do exercício de 2025 serão aprovadas pelo Plenário do CREMESE e enviadas ao CFM para apreciação e julgamento.

Aracaju, 13 de fevereiro de 2026.

George Mesquita Andrade
CRCSE 5.252 O-7